FUNDO DA
AMAZÔNIA
ORIENTAL

RELATÓRIO ANUAL 2022

O desafio de uma **Amazônia** conservada e com dignidade a seus 30 milhões de habitantes é complexo.

O **FAO** é parte do **Plano Estadual Amazônia Agora**, desenvolvido pelo Estado do Pará.

FUNDO DA
AMAZÔNIA
ORIENTAL

O Governo **incentiva**, a Sociedade **conduz**, o mundo **apoia**.

Todos **ganham**.

O **Fundo da Amazônia Oriental (FAO)** é um mecanismo operacional e financeiro privado voltado para o fortalecimento de políticas públicas e de iniciativas sociais estabelecidas com foco no meio ambiente e no desenvolvimento sustentável do estado.

Criado pelo Governo do Pará em 2019, o **FAO** visa à mobilização de recursos privados para apoiar ações ligadas ao Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) e opera em sinergia com a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC) no combate ao desmatamento e na descarbonização das atividades econômicas no Pará.

SUMÁRIO

1 **Perspectivas futuras** 5
2 **Mapa** 9
3 **Linha do tempo** 10
4 **Governança** 11
5 **Membros** 15

6 **Fundo da Amazônia Oriental (FAO)** 16
6.1 Estruturação do FAO 19
6.2 Fortalecimento do FAO 20
6.3 Relatorias técnica e financeira 23

7 **Metas** 24

8 **Projetos** 30
8.1 Projeto CAR 2.0
Fase 1 — Transformação Digital 30
8.2 Projeto Transformação Digital,
Comunicação e Transparência 36
8.3 Fortalecimento do FAO 40
8.4 Conservação e produção sustentável
em novas áreas protegidas no Pará –
Territórios Quilombolas 45

9 **Visão de futuro** 49
10 **Mapa de resultados** 52

Créditos 53

1
PERSPECTIVAS **FUTURAS**

Foto: Alexandre Ferrazoli

JANELA PARA O **MUNDO, OPORTUNIDADE** PARA O **FUTURO**

Foto: ASCOM/PA

A COP do Clima é o maior fórum de discussão sobre mudanças climáticas no mundo, em que temas associados à biodiversidade, desenvolvimento econômico e qualidade de vida permeiam os debates. Nesse cenário, o Pará e o Brasil têm uma extraordinária oportunidade para a agenda ambiental com a vinda da COP 30 para Belém, em 2025. Uma possibilidade única de demonstrar os efetivos esforços que estão sendo realizados para a mudança do uso do solo, a valorização da floresta viva, a geração de emprego verde, a viabilização de um modelo econômico que faça com que a floresta permaneça em pé e que as pessoas possam ter emprego e renda a partir dela.

Nesse sentido, o Pará tem feito o seu dever de casa, empenhando esforços para ampliar a redução do desmatamento no estado e expandindo o combate à ilegalidade ambiental. Mas é fundamental que nós possamos encontrar uma solução para as pessoas terem sustento e poderem produzir, colocando assim alimento na mesa. Um dos caminhos encontrados foi a implementação do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), que converge múltiplos esforços para a redução das emissões brutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) do setor de Mudança de Uso da Terra e Florestas, com vistas a estabelecer um modelo de desenvolvimento baseado na conservação e valorização de ativos ambientais, no aumento da eficiência das cadeias produtivas e na melhoria das condições socioambientais no campo.

Para viabilizar esses objetivos, diferentes mecanismos foram pensados, entre eles o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), um mecanismo privado com governança pública, menos burocrático e que apresenta processos mais ágeis para a obtenção dos resultados.

O FAO vem permitindo que o Pará alcance o protagonismo entre os estados subnacionais, o que deve ser comemorado, mas também desafia a gestão para atuar sempre de forma inovadora.

Os olhos estão voltados para nós. Há uma esperança fundamental no processo desse novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia. O FAO é uma janela de oportunidade, onde o governo incentiva, a sociedade conduz e o mundo apoia. E, assim, todos ganhamos.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO
Governador do estado do Pará

INOVAÇÃO PARA O **PARÁ**, **CONEXÃO** COM O **MUNDO**

Foto: ASCOM/PA

Em 2019 um desafio nos foi apresentado: desejávamos ampliar a nossa atuação no combate às mudanças climáticas, porém as fontes tradicionais de financiamento estavam congeladas. Estávamos ampliando o nosso planejamento, com importantes iniciativas sendo incorporadas no Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), tais como o Territórios Sustentáveis e os projetos para redução do desmatamento ilegal, que permitem a indução a uma economia de baixo carbono e mais sustentável.

Havia interesse de doadores nacionais e internacionais em apoiar o Pará, mas ainda precisávamos de um mecanismo que facilitasse esse apoio no âmbito privado. Foi assim que a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade capitaneou essa iniciativa, que permite ao Governo do Estado receber doações, obrigações legais e outros recursos de investimentos, com eixos amplos de apoio, além da possibilidade de parcerias que até então o Pará não tinha.

Com entusiasmo vimos essa iniciativa crescer e em 2022 já apresentamos resultados expressivos. Em pouco mais de um ano o FAO fortaleceu a sua governança, com reuniões regulares e participativas do seu Comitê, além de regras estruturadas com base no Manual Operacional de Projetos. Foi possível captar cerca de 31 milhões de reais, para projetos que já começam a ser executados. Suas informações estão disponíveis num site próprio, com livre acesso de todos os interessados, e uma auditoria externa analisa os dados financeiros.

Para 2023 esperamos que o FAO capte novos investimentos e que possamos entregar bons resultados para o estado do Pará, mostrando ao Brasil e ao mundo nosso compromisso com a agenda ambiental e climática.

JOSE MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

EM TRÊS LETRAS, UMA **NOVA VISÃO** DO **FUTURO**

Foto: ASCOM/FUNBIO

Em 1992, uma conferência histórica no Brasil se tornaria referência e desencadearia uma nova visão sobre o planeta: a chamada Rio-92 foi a propulsora de discussões, acordos e convenções globais que evidenciaram a crescente urgência de desafios socioambientais e a importância de ações locais, regionais e mundiais.

Pouco mais de três décadas depois, é uma grande satisfação para o FUNBIO, em atividade desde 1996, poder aportar a experiência acumulada na gestão de mais de 400 projetos ao Fundo da Amazônia Oriental (FAO), uma admirável e pioneira iniciativa do governo do Pará, que mobiliza recursos privados de diferentes fontes para fomentar projetos socioambientais no estado.

Mecanismos financeiros de governos subnacionais como o FAO evidenciam e fortalecem novos e diferentes tipos de soluções e parcerias para a conservação e o uso sustentável da Amazônia. Como gestores operacionais e financeiros do FAO, é com entusiasmo que acompanhamos, por exemplo, o anúncio na COP27, no Egito, da doação a um projeto voltado a quilombolas de quase USD 4 milhões da Fundação Gordon e Betty Moore, um dos múltiplos sinais da receptividade de doadores e parceiros às propostas do FAO.

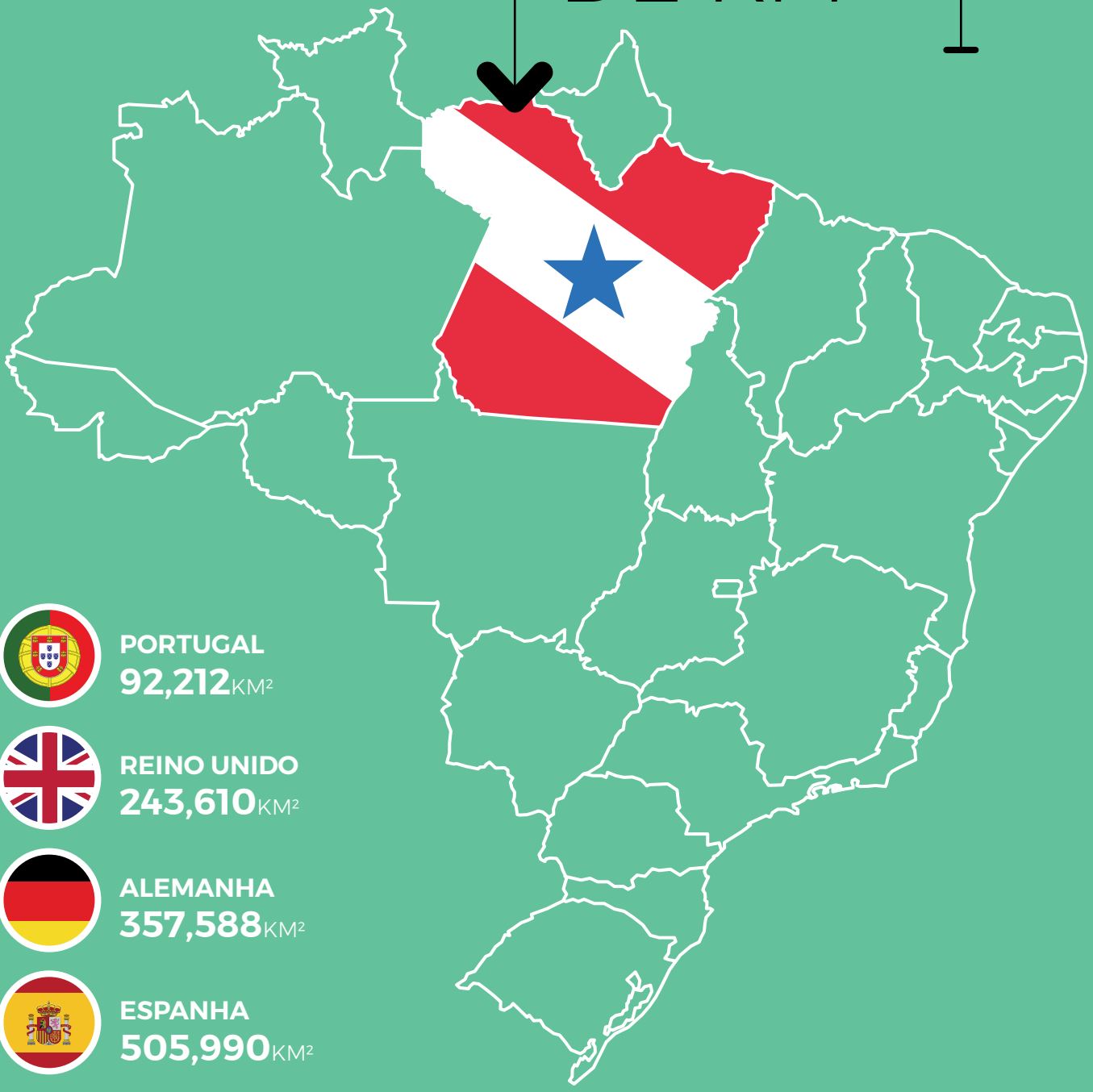
Os recursos já destinados ao Fundo indicam o seu potencial e representam importantes valores adicionais para o combate ao desmatamento ilegal, à conservação, à produção sustentável e à restauração florestal. Esse passo do Pará, segundo maior estado do país, constitui uma valiosa oportunidade e tem o potencial de gerar impacto não apenas hoje, mas também de criar um legado para futuras gerações. Em apenas três letras, o FAO sinaliza uma nova visão do futuro para a Amazônia.

ROSA LEMOS DE SÁ
Secretária-geral do FUNBIO

2 MAPA

ESTADO DO PARÁ

1,25 MILHÃO DE KM²



PORTUGAL
92,212KM²

REINO UNIDO
243,610KM²

ALEMANHA
357,588KM²

ESPANHA
505,990KM²

3 LINHA DO TEMPO

OUTUBRO 2019

Criação do FAO – Decreto n° 346, de 14 de outubro de 2019

JANEIRO 2020

Governança – Seleção das OSC para participação no Comitê Gestor

MAR-SET 2021

Governança – Edital de chamamento público do gestor operacional e financeiro do FAO e processo de seleção

OUTUBRO 2021

Governança – Instituição do CGFAO, realização da 1ª Reunião e formalização do FUNBIO como gestor operacional e financeiro

FEVEREIRO 2022

Captação – Formalização de aditivo ao "TAC da Pecuária" entre MPF e JBS, com interveniência da SEMAS e FUNBIO

MARÇO 2022

Captação – Formalização do TAE entre o Governo do Estado e as empresas Imerys e Pará Pigmentos, com interveniência da SEMAS e FUNBIO

JUNHO 2022

Governança – 2ª Reunião CGFAO

AGOSTO 2022

Reunião com parceiros – Priorização de grupos e macroatividades do FAO

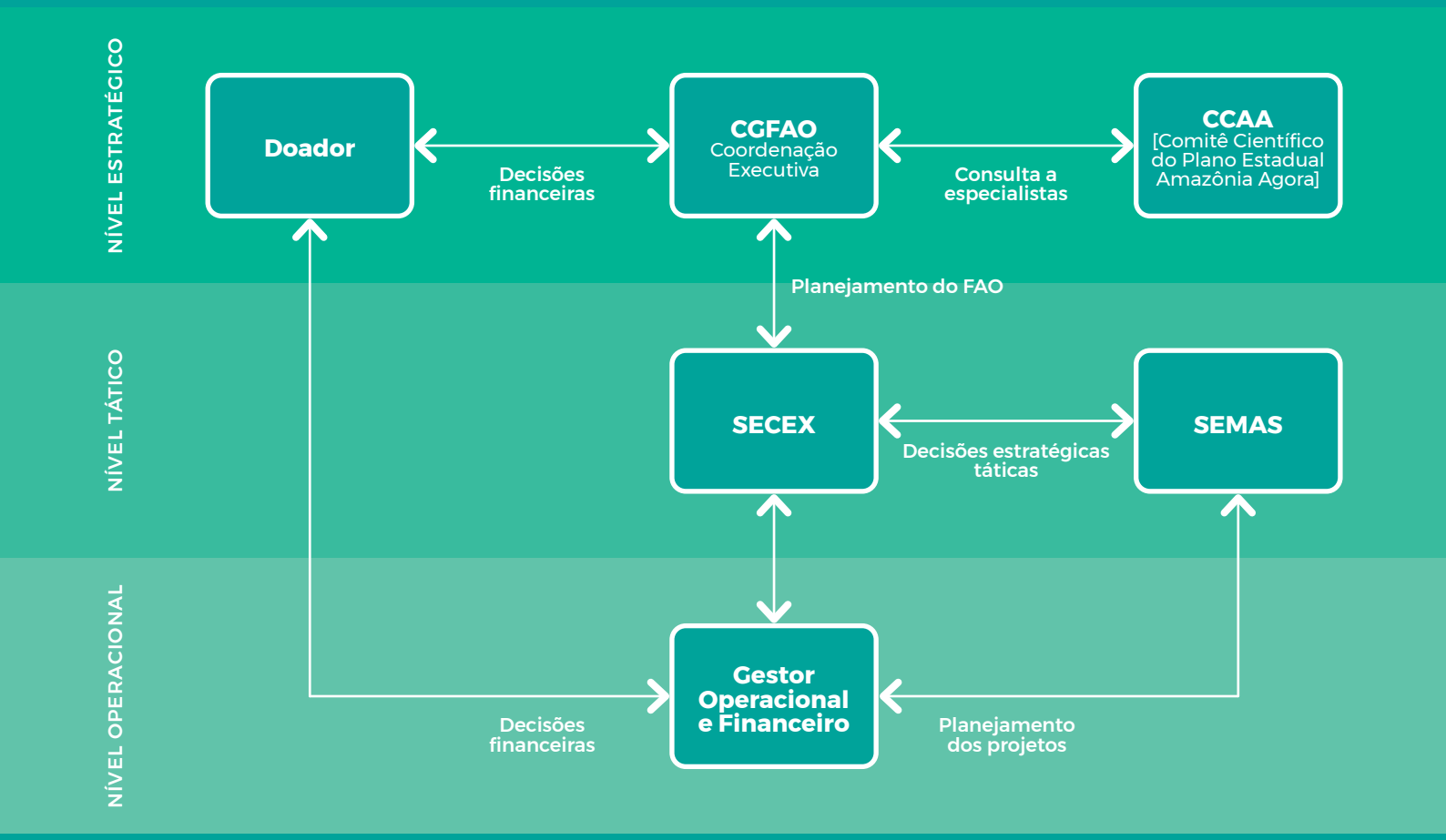
SETEMBRO 2022

Captação
– Assinatura Contrato ICS e FUNBIO
– Aprovação projeto MPF e FUNBIO (JBS)
– Aprovação Projeto SEMAS e FUNBIO (Imerys)

NOVEMBRO 2022

Captação – COP 27 – Assinatura do contrato de apoio com a Fundação Gordon & Betty Moore
Governança – 3ª Reunião CGFAO

4 GOVERNANÇA



A **governança do FAO** foi pensada para que haja execução célere de projetos, com base em procedimentos eficazes, eficientes e efetivos. Para isso, uma estrutura própria de governança e de gestão foi desenhada para definir os fluxos, os tipos de decisão e os fóruns de debate. Parte dessa estrutura de governança incorporou a previsão legal de criação do FAO, tendo sido acrescentados importantes níveis de decisão, que perpassam por aspectos estratégicos, táticos e operacionais.

Nesse contexto, e para que seja possível realizar o conjunto de atividades necessárias nos diferentes tipos de atuação das instâncias existentes, foram definidos três níveis de atribuição. Estes se diferenciam em relação ao detalhamento das ações envolvidas e em como cada planejamento influencia o resultado geral da estrutura de decisão do mecanismo operacional e financeiro.

Além disso, os níveis de atribuição apresentam uma diferenciação entre funções consultivas e deliberativas. Cada nível de atribuição tem instâncias responsáveis pela tomada de decisões sobre o planejamento financeiro e técnico. A descrição completa de cada instância pode ser consultada no Manual Operacional de Projetos (MOP).

NÍVEL ESTRATÉGICO

Responsável pelo planejamento de ações de longo prazo, no qual há tomada de decisões que influenciam as metas, objetivos e procedimentos do mecanismo financeiro e operacional. Suas funções estão associadas ao alto grau de complexidade e responsabilidade que envolve as estratégias de atuação definidas para o FAO.

Ao Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO) cabe a avaliação do planejamento, devendo este propor e deliberar sobre os procedimentos, metas, diretrizes, critérios e políticas estratégicas, assim como acompanhar e orientar a execução e a captação de projetos do FAO. Além disso, acompanha e avalia os documentos e relatórios de atuação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) acerca dos recursos captados, com vistas a zelar pela garantia do alcance das metas estabelecidas.

Junto com o CGFAO, no nível estratégico, encontram-se os doadores, que podem ser Organizações da Sociedade Civil (OSC), agências bi e multilaterais, assim como organismos e empresas nacionais e internacionais. Os doadores acompanham a execução dos projetos por eles apoiados, participando do planejamento estratégico financeiro desenvolvido pelo Gestor Operacional e Financeiro e aprovado pelo CGFAO.

Foto: Bruno Cecim

NÍVEL TÁTICO

Responsável pelo planejamento de ações de médio prazo que envolvam a tomada de decisões e que garantam o cumprimento das orientações do nível estratégico, assim como traduzam a visão, a missão em metas e os indicadores significativos para a medição dos projetos executados via mecanismo financeiro e operacional.

No nível tático, o FUNBIO ocupa o papel da Secretaria Executiva (Secex), instância responsável por facilitar o desenvolvimento das atividades destinadas ao alcance dos objetivos dos projetos. Além disso, acompanha o planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos projetos e seus executores, garantindo o bom cumprimento dos processos, fluxos e normas estabelecidas. A Secex dialoga diretamente com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e

Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS) no nível tático, momento em que é estabelecido o planejamento de ações de médio prazo, que garantam o cumprimento das orientações do nível estratégico.

À SEMAS cabe também a responsabilidade de acompanhamento e monitoramento dos projetos do FAO no longo prazo, em estreita relação com o Gestor Operacional e Financeiro. Adicionalmente, quando as linhas de atuação e atividades apoiadas envolvem outros órgãos públicos, a SEMAS desempenha um importante papel como vetor de articulação para implementação das políticas públicas e coordenação com outros órgãos do governo.

NÍVEL OPERACIONAL

Responsável pela realização de ações de curto prazo, dentro de modelos e padrões pré-definidos, que garantam a execução de projetos vinculados aos eixos de atuação do FAO.

O papel de gestor operacional e financeiro do FAO é exercido pelo FUNBIO. Este é responsável por captar, receber, gerir, executar e prestar contas dos recursos financeiros alocados para o FAO. É responsável também pelas compras e contratações de bens e serviços previstas, assim como pela elaboração, publicação e seleção das chamadas de projetos, além das atribuições listadas no MOP, todas voltadas para o atingimento dos objetivos do FAO.

Foto: ASCOM/SEMAS

5 MEMBROS

O **Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO)** reúne sete membros sob a presidência do governador do estado do Pará e um membro convidado do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climáticas do Pará (FPMAC/PA). O CGFAO é a instância deliberativa voltada à tomada de decisões estratégicas do FAO, responsável por estabelecer as diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do fundo.

A composição do CGFAO foi prevista no Decreto nº 346/2019, tendo a seleção da sociedade civil ocorrido no mesmo ano, com base no Edital nº 01, de 25/11/2019.

Em 2022 a composição do GCFAO foi instituída com os seguintes representantes:

PRESIDENTE
HELDER ZAHLUTH BARBALHO
Governador do estado do Pará

VICE-PRESIDENTE
JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SETOR GOVERNAMENTAL
JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA (titular)
WENDELL ANDRADE (suplente)
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

HANA SAMPAIO GHASSAN
A partir de junho de 2022:
IVALDO RENALDO DE PAULA LÊDO (titular)
BRENDA RASSY CARNEIRO MARADEI (suplente)
Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAD)

KARLA LESSA BENGTSON (titular)
GRACIALDA COSTA FERREIRA (suplente)
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio)

BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS (titular)
SOCRATTES MARTINS ARAÚJO DE AZEVEDO (suplente)
A partir de novembro de 2022:
YNGRID HENRIQUE TAVARES RODRIGUES SANTA (suplente)
Instituto de Terras do Pará (ITERPA)

JOSÉ FERNANDO GOMES JUNIOR (titular)
ANADELIA DIVINA SANTOS (suplente)
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME)

SETOR PRIVADO
JOSÉ OTÁVIO D'ACOSTA PASSOS (titular)
KAREN PIRES DE OLIVEIRA (suplente)
The Nature Conservancy (TNC Brasil)

MARCELLO BRITO (titular)
A partir de agosto de 2022:
EDUARDO BRITO BASTOS (titular)
EDUARDO DAHER
A partir de agosto de 2022:
GRACIE VERDE SELVA (suplente)
Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

MEMBRO CONVIDADO
RONALDO NUNES RAMOS AMANAYÉ (titular)
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA SOUZA (suplente)
Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climáticas do Pará (FPMAC/PA)

6 FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL (FAO)

O **Fundo da Amazônia Oriental (FAO)** é um mecanismo operacional e financeiro privado do Pará, que se insere no conjunto de estratégias de implementação de políticas estaduais de combate ao desmatamento, de incentivo à restauração, à produção sustentável e à conservação ambiental. Ele tem como principal documento norteador o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), política pública voltada para o desenvolvimento econômico sustentável e o combate ao desmatamento.

O PEAA é uma das políticas setoriais relacionadas com a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA),[1] voltada para o setor de mudança do uso da terra. Lançado em 3 de agosto de 2020, por meio do Decreto nº 941, o PEAA tem como meta a redução de pelo menos 37% nas emissões de GEE por conversão florestal e uso da terra até 2030, e a redução de 43% até 2035.

1 Lei Ordinária no 9.048, de 29 de abril de 2020.

Para atingir essa meta, o PEAA visa principalmente a aumentar a eficiência do uso da terra, por meio de comando e controle; promoção da regularização das propriedades rurais; enfrentamento do desmatamento e das queimadas; e estruturação do financiamento ambiental para a promoção de atividades sustentáveis e de redução das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, tem três eixos transversais, que são: comunicação, transparência de dados e gestão participativa; infraestrutura e logística para o desenvolvimento sustentável; e tecnologia da informação, inovação e pesquisa científica.

FIGURA 1 — Eixos de atuação do Plano Estadual Amazônia Agora

Foto: Alexandre Ferrazoli

Constituído como um fundo revolvente, o **FAO** tem **15 eixos de financiamento**, sendo **um eixo destinado à abertura para outras possibilidades não idealizadas previamente**, desde que **aprovadas pelo seu Comitê Gestor** [...]

Para o eixo de financiamento ambiental de longo prazo foi pensada uma estratégia pautada na parceria público-privada, que prevê o fortalecimento das políticas públicas e das iniciativas sociais, por meio de um fundo privado com governança pública, denominado Fundo Amazônia Oriental (FAO), cuja concepção inicial foi lançada em 2019 por meio do Decreto nº 346. Esse mecanismo faz parte de um ecossistema de fundos do Pará, composto por mecanismos financeiros públicos e privados que dão diferentes respostas às demandas socioambientais do estado.

Constituído como um fundo revolvente, o FAO tem 15 eixos de financiamento, sendo um eixo destinado à abertura para outras possibilidades não idealizadas previamente, desde que aprovadas pelo seu Comitê Gestor e que estejam em sinergia com seus dois objetivos gerais, que são: redução sustentada do desmatamento ilegal e da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no território paraense; e/ou cumprimento de metas previstas nas políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do estado do Pará.

O mecanismo foi inicialmente idealizado pelo Governo do Pará, porém o desenho de sua estruturação, as suas formas de atuação e as propostas de priorização foram delegadas a um gestor operacional e financeiro privado formalmente selecionado, atualmente sob a responsabilidade do FUNBIO.

6.1 ESTRUTURAÇÃO DO FAO

Em 2021 o Governo do Estado do Pará, por meio da SEMAS, publicou o Chamamento Público 001/2021, proveniente do Edital DPC/SEMAS nº 001/2021, para seleção de organização da sociedade civil para atuar como gestor operacional e financeiro do FAO, em um processo amplamente divulgado.

O processo de seleção consistia em três fases diferentes de avaliação:

Ao todo cinco organizações da sociedade civil participaram do processo seletivo.

Todas as instituições tiveram a sua documentação e propostas avaliadas por profissionais com notório saber, convidados para a compor a câmara técnica, que avaliaram documentos e propostas.

LISTA DE AVALIADORES	INSTITUIÇÕES
ANA CLÁUDIA DUARTE CARDOSO	Professora titular da Universidade Federal do Pará (UFPA)
BRENDA RASSY CARNEIRO MARADEI	Diretora de Planejamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD)
CRISTINA RODRIGUES DE MELO ORPHEO	Instituto Socioambiental (ISA)
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS DAMASCENO	Secretário de Estado de Fazenda
JOSÉ OTÁVIO D'COSTA PASSOS	Diretor da TNC Brasil
MÁRIO PRESTES MONZONI NETO	Fundação Getúlio Vargas
ROGÉRIO STUDART	*Senior Fellow* do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)

O FUNBIO foi selecionado como gestor operacional e financeiro do FAO.

Com base no resultado da seleção, foi firmado o Acordo de Cooperação SEMAS nº 006/21, de 11/10/21, cujo objeto consiste na atividade contínua e permanente de Gestão Operacional e Financeira do FAO, com vistas à consecução das finalidades a que se presta o fundo como estratégia de colaboração privada de financiamento às políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável do estado do Pará.

Dessa forma, o FUNBIO passou a atuar como intermediário operacional e financeiro entre financiadores/doadores e beneficiários/projetos, para o alcance dos objetivos estratégicos definidos pela governança do FAO. Isto é, atua como entidade habilitada a fazer a captação e gestão dos recursos financeiros, além de ser responsável por auxiliar a SEMAS na coordenação e operacionalização das atividades associadas ao FAO.

O acordo tem prazo de cinco anos, a contar da data de sua assinatura, até o limite de 15 anos, mediante a celebração de aditivo, ressalvada hipótese de prorrogação que resguarde o interesse público, prevista em norma específica. Entre as responsabilidades do FUNBIO está a apresentação de relatoria técnica e financeira, por meio de prestação de contas anual, submetida à análise e à avaliação do CGFAO.

6.2 FORTALECIMENTO DO FAO

Em 2022 o FAO consolidou a sua estrutura de governança, com o fortalecimento da participação dos membros e a definição de regras e procedimentos.

Após o cumprimento das formalidades institucionais, a representação dos membros de cada uma das instâncias foi efetivada em outubro de 2021, momento em que foi realizada formalmente a posse dos membros e a primeira reunião do CGFAO. Além da reunião solene de abertura das atividades, o FUNBIO foi apresentado como gestor operacional e financeiro do FAO e foi

PRIORIDADES DE **INVESTIMENTO** NO **PERÍODO** 2022-2024:

- **RECUPERAÇÃO** PRODUTIVA DE TERRITÓRIOS
- **ORDENAMENTO** FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E SANITÁRIO **PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL**
- **FOMENTO** À **BIOECONOMIA**

Foto: ASCOM/SEMAS

assinada a primeira promessa de doação ao fundo, realizada pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS).

Nessa reunião também foram eleitas as prioridades para a primeira fase de execução do FAO, que definiu, dentro de seus eixos de atuação, três temas prioritários para investimento no período 2022-2024. Desde 2021 os esforços de todos os envolvidos foram focados em estruturar e fortalecer o FAO, garantindo os fluxos da governança que vêm permitindo a estruturação de um mecanismo de longo prazo. Para isso foram observadas as prioridades elencadas pelo CGFAO e pela SEMAS, com especial atenção para as metas de curto, médio e longo prazo.

Por ser uma iniciativa nova, o FUNBIO, em parceria com a SEMAS, realizou reuniões bilaterais com cada um dos membros do CGFAO. As reuniões visaram à apresentação do mecanismo, seus objetivos e expectativas. Com isso, os membros puderam ter acesso a todas as informações, esclarecer dúvidas e participar das reuniões com maior clareza sobre todo o processo.

Na segunda reunião do CGFAO, em 1° de junho de 2022, foram aprovados dois documentos estruturantes: o Manual Operacional do Projetos (MOP), que contém as informações e regras básicas necessárias para a execução do FAO; e o regimento interno do CGFAO, documento que estabelece as normas de funcionamento do Comitê Gestor.

PRIORIDADES POR EIXO DE APOIO	GRUPOS PRIORITÁRIOS	MACROATIVIDADES
FOMENTO À BIOECONOMIA	POVOS INDÍGENAS	– Pesquisa e inovação – Patrimônio genético – Cadeias produtivas (cacau, açaí, pescado, óleos, borracha, castanha e mandioca) – Conhecimento tradicional associado – Patrimônio cultural – Negócios sustentáveis
	QUILOMBOLAS	
	AGRICULTORES FAMILIARES	
	EXTRATIVISTAS	
RECUPERAÇÃO PRODUTIVA DE TERRITÓRIOS	POVOS INDÍGENAS	– Sementes e mudas – Capacitação e assistência técnica – Crédito e pagamento por serviços ambientais – SAF
	QUILOMBOLAS	
	AGRICULTORES FAMILIARES	
	EXTRATIVISTAS	
PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL	AGRICULTORES FAMILIARES	– Assistência técnica – Crédito – Regularização ambiental, fundiária e zoofitossanitária – Agroindústria – Patrimônio cultural – Acesso ao mercado
ORDENAMENTO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E SANITÁRIO	POVOS INDÍGENAS	– Análise do CAR e titulação – Regulariza Pará (SEMAS/ ITERPA)
	QUILOMBOLAS	
	AGRICULTORES FAMILIARES	

TABELA 1 — Grupos e macroatividades prioritárias do FAO

Nesse processo de estruturação do FAO, foram realizadas em 2022 reuniões e alinhamentos capitaneados pelo FUNBIO e pela SEMAS, com apoio de parceiros (TNC, IPAM e BID), para construção de um detalhamento dos grupos e das macroatividades prioritárias para nortear a estratégia de captação do fundo. Essa priorização tem orientado os esforços de captação para o FAO perseguidos pelo FUNBIO e pela SEMAS.

Esse maior detalhamento é importante para a definição do escopo de atuação e objetivos a serem perseguidos, bem como para a priorização das fontes de financiamento a serem trabalhadas. Essas análises conjuntas vêm apoiando a construção do planejamento estratégico de atuação do FAO.

Foto: Alexandre Ferrazoli

6.3 RELATORIAS TÉCNICA E FINANCEIRA

Como gestor operacional e financeiro do FAO, o FUNBIO deve apresentar ordinariamente, após o fim de cada exercício, relatoria técnica e financeira das atividades desenvolvidas. Dado que as atividades do FAO se iniciaram efetivamente em 2022, com a elaboração dos documentos estratégicos, planejamento e captação, o primeiro relatório técnico engloba os dois últimos meses de 2021 e o ano de 2022.

Para que não houvesse um lapso de tempo muito grande entre as informações, ficou acordado que o FUNBIO apresentaria semestralmente um resumo das atividades para o CGFAO e anualmente o relatório consolidado. Em complementação a essas atividades e em atenção a regras específicas de acompanhamento de doadores, foi prevista a possibilidade de adoção dos prazos e conteúdos negociados no âmbito dos contratos de execução. Atualmente três contratos exigem relatoria específica: TAC JBS, ICS e Fundação Gordon e Betty Moore.

Com o fortalecimento do FAO perante os doadores e apoiadores nacionais e internacionais, espera-se cada vez mais a adoção na íntegra das regras, prazos e procedimentos do FAO.

7 METAS

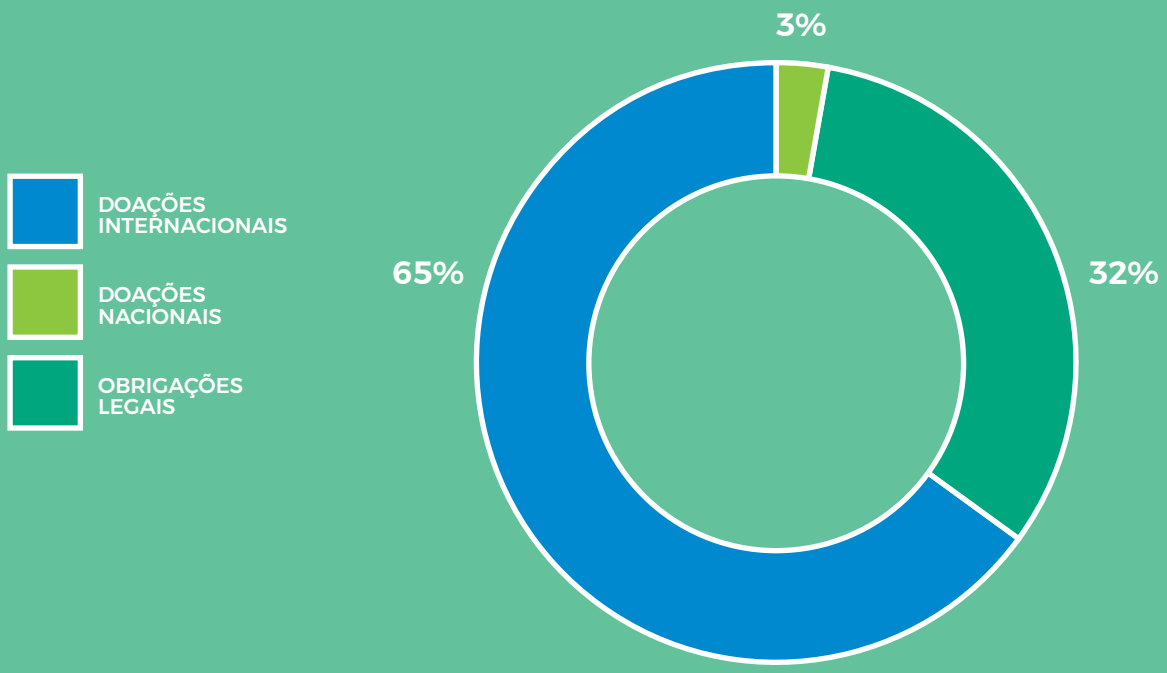
31,2
MILHÕES captados

24
MILHÕES recebidos

O **FAO** vem obtendo expressivos avanços, com resultados significativos durante o ano de 2022 (ver mapa de resultados). Foram inúmeras atividades realizadas e ações que **fortalecem a consolidação do fundo como um mecanismo financeiro privado para financiamento das políticas ambientais estaduais do Pará**.

Atualmente o FAO conta com um portfólio de cerca de R$ 31,2 milhões, divididos em quatro projetos, que incluem fontes advindas tanto de doações quanto de obrigações legais. Isso demonstra a potencialidade de captação, que não se resume a recursos voluntários, mas amplia a potencialidade de uso de recursos de obrigações legais, que podem advir de Termos de Ajustamento de Conduta, mas também de medidas compensatórias de licenciamento ambiental, outorgas, entre outras.

VALORES CAPTADOS



Há um potencial significativo que, se bem estruturado, pode ampliar o apoio financeiro às políticas públicas, com respostas de curto prazo. Com isso, é possível uma maior ampliação dos esforços em ações estruturantes de longo prazo.

Assim, em pouco mais de um ano de atuação, o FAO captou projetos de curto e de médio prazo, com diferentes volumes de recursos, cujas entregas já poderão ser observadas em 2023. Um exemplo é o Data Center Modular Outdoor, parte da estratégia de transformação digital da SEMAS, uma aquisição de grande valor e importância para o CAR 2.0. O Data Center foi viabilizado para ser uma solução digital que dará suporte a toda a parte de tecnologia da informação da SEMAS, e para isso foi realizada uma composição de recursos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) JBS e do Termo de

O ano de **2022** contou ainda com **avanços na articulação** com **parceiros** para desenho de **novas frentes de capitalização** e **estruturação** de **novas redes de apoio**.

Acordo Extrajudicial (TAE) Imerys, o que também ilustra a flexibilidade que é proporcionada pelo mecanismo para atingimento dos resultados almejados pelo PEAA.

Em 2022 o FAO também atuou para ampliação de sua visibilidade junto a parceiros e doadores institucionais, bi e multilaterais. Por meio do contrato firmado com o ICS, que objetiva estruturar o fundo e alavancar sua capacidade captação de recursos, foram elaborados materiais de comunicação. Esses produtos foram apresentados pela SEMAS e pelo FUNBIO na COP27, realizada no Egito em novembro de 2022. Além disso, estão sendo amplamente divulgados entre os parceiros.

A confiança depositada no mecanismo e a visibilidade obtida na COP culminaram na assinatura do projeto Conservação e Produção Sustentável em Novas Áreas Protegidas no Pará – Territórios Quilombolas, financiado pela Fundação Gordon e Betty Moore, projeto vultoso, amplamente noticiado em mídias e jornais nacionais.

O ano de 2022 contou ainda com avanços na articulação com parceiros para desenho de novas frentes de capitalização e estruturação de novas redes de apoio. A partir de oportunidade apresentada junto ao BID, foi desenhado e submetido um projeto piloto de Pagamento por Serviços Ambientais. Esse projeto, em parceria com a TNC, objetiva ser um piloto de PSA no estado do Pará, convergente com a plataforma Territórios

Foto: ASCOM/SEMAS

Sustentáveis. O projeto está atualmente em análise pelo BID.

Além disso, outro importante marco foi alcançado no FAO: a estruturação das prioridades de prospecção para curto e médio prazo, que irão orientar os esforços de captação. Essas prioridades foram definidas em uma série de reuniões e articulações ocorridas no ano de 2022, com o objetivo de mapear e priorizar as fontes de financiamento disponíveis, assim como priorizar eixos de financiamento, grupos e macroatividades. O processo foi realizado com a SEMAS e contou com a participação de TNC, IPAM e BID. Os resultados dessa priorização foram apresentados e validados pelo CGFAO durante a reunião de novembro de 2022.

O sucesso desses resultados obtidos está muito relacionado à parceria desenvolvida entre a SEMAS e o FUNBIO. As equipes estão alinhadas e trabalhando em conjunto para a obtenção dos melhores resultados. Há uma curva de aprendizado conjunta, que permite o aprimoramento do mecanismo e das instituições envolvidas. A perpetuação do alinhamento dessa parceria e da atuação conjunta são essenciais para o bom desenvolvimento do mecanismo e para o impacto positivo das políticas públicas apoiadas.

ACOMPANHAMENTO METAS DE CURTO PRAZO

META	Elaboração Manual de Gestão Operacional e Financeira do FAO	Elaboração do Plano de Comunicação do FAO	Elaboração do Plano de Captação de Recursos	Plano de investimentos
STATUS	MOP elaborado e aprovado na Reunião CGFAO de Junho/2022	Elaboração de materiais de comunicação para a COP 27 Estratégia de comunicação prevista no TAE Imerys	Realizado planejamento e mapeamento de oportunidades, prioridades e propostas de captação	Investimento conservador, com estratégia sendo pensada, conforme ampliação do recurso e regras dos doadores
META	Capitalização de recursos	Elaboração de projeto de qualidade Ambiental e logística sustentável de até USD 5 milhões	Elaboração de projeto priorizando a produção sustentável de USD 10 milhões	Elaboração de projeto de até USD 50 milhões
STATUS	Novas estratégias sendo pensadas tendo como oportunidade a COP Belém	Quilombolas TAC JBS TAE Imerys ICS PSA/BID	Fundo Amazônia Floresta Viva GCF AMABIO	Cooperação Técnica BID USD 30 a 45 milhões
META	Seleção de Projetos oriundos da sociedade civil	Seleção de Projetos oriundos de governos Estadual e municipais	Criação de Banco de Projetos financiáveis pelos recursos do FAO	
STATUS	Chamada de projetos previstos no Projeto Moore	Transformação digital da SEMAS Data Center e Sistema de Readequação Ambiental TAC da JBS	Estratégias em desenvolvimento e consultores previstos	

Foto: Alexandre Ferrazoli

Por isso, além das **metas estabelecidas no Acordo de Cooperação**, é importante que o **progresso geral das atividades seja avaliado**, o que envolve a **estruturação interna** e **externa**.

Grande parte das metas foi atingida ou está em andamento. Contudo, para que o FAO seja capitalizado de forma eficaz, é necessário estabelecer prioridades para os recursos e fontes de financiamento disponíveis, assim como um cronograma escalonado que leve em conta tanto a demanda dos financiadores quanto a capacidade de absorção do órgão estadual. Essa fase inicial é crítica para o desenvolvimento futuro das ações e, portanto, deve ser bem-sucedida.

Por isso, além das metas estabelecidas no Acordo de Cooperação, é importante que o progresso geral das atividades seja avaliado, o que envolve a estruturação interna e externa. É nessa fase que os parceiros e financiadores acompanham de forma próxima as atividades, avaliando o desenvolvimento e a capacidade de entrega, que depois pode vir a pavimentar o caminho para o reconhecimento do mecanismo, bem como ampliar as possibilidades de novas captações e projetos de longo prazo.

Parte das metas previstas no Acordo de Cooperação também foi prevista como condicionantes para a doação do ICS. Com o cumprimento delas e a elaboração de um projeto detalhado, foi possível o aporte financeiro.

8 PROJETOS

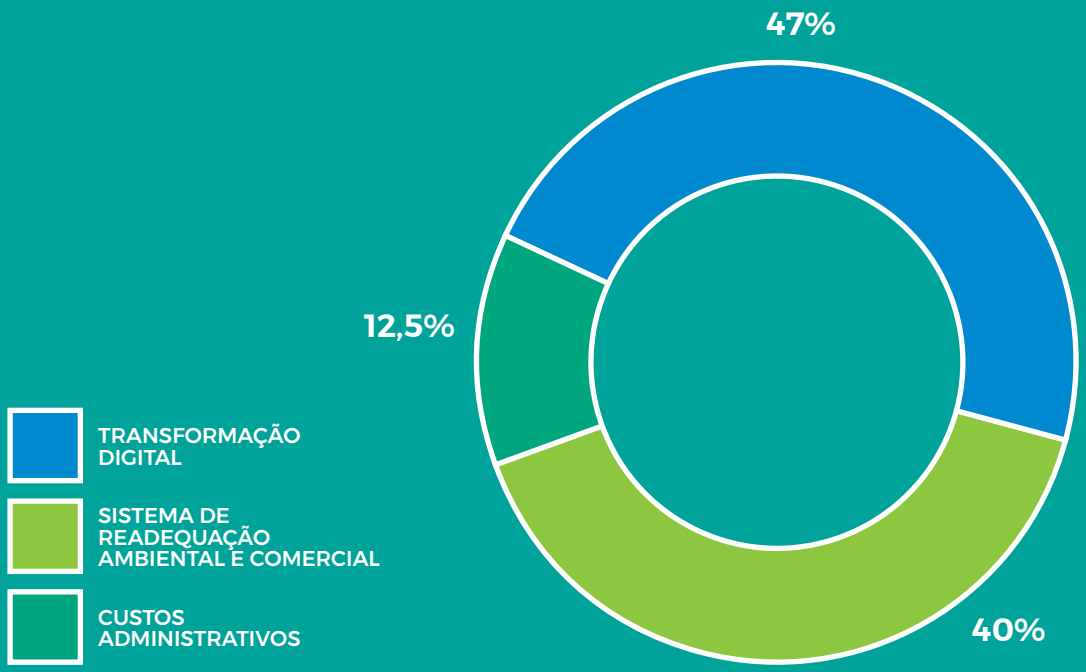
Em **2022** o **FAO captou** alguns **projetos** e **iniciou** a **implementação** deles.

Em seguida as **principais informações** sobre **cada um**.

8.1. PROJETO CAR 2.0
FASE 1 — TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

FONTE DE RECURSO:
TAC celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a empresa JBS S.A., também conhecido como TAC da Pecuária
PRAZO:
15 meses
INÍCIO DE EXECUÇÃO:
Setembro/2022
VALOR TOTAL:
R$ 5 milhões

TAC JBS



Em 14 de fevereiro de 2022 o Ministério Público Federal (MPF) formalizou um aditivo ao Compromisso de Ajustamento de Conduta com a empresa JBS S.A., também conhecido como TAC da Pecuária, que tem como intervenientes a SEMAS e o FUNBIO.

O compromisso previa a destinação de 5 milhões de reais para o FAO, por intermédio do FUNBIO, sua entidade gestora. A destinação foi estabelecida no próprio instrumento, que previa:

- 1 milhão de reais para o custeio do desenvolvimento, implementação ou adaptação de sistema auditável, público, transparente e acessível via internet, destinado à reabilitação de propriedades rurais relacionadas ao desmatamento ilegal, que será aceito pelo MPF para fins de conformidade com os critérios socioambientais do TAC da Pecuária;

- 4 milhões para a elaboração e implementação do projeto CAR 2.0, desenvolvido pela SEMAS para automatizar e dar agilidade à análise do Cadastro Ambiental Rural.

Após a formalização do documento, reuniões com a equipe da SEMAS foram realizadas para o levantamento das atividades que seriam necessárias, tendo em vista o disposto no Compromisso de Ajustamento de Conduta e nas prioridades elencadas pelo CGFAO. A concepção da proposta foi apresentada na reunião do CGFAO do dia 1º de junho de 2022 e, no dia seguinte, ao MPF, que aprovou o conceito do projeto.

O projeto objetiva apoiar a implementação do sistema CAR 2.0 e a readequação de pequenos produtores. Para isso foram previstos dois componentes, que visam à transformação digital da SEMAS, por meio de uma solução digital integrada para os sistemas de armazenamento de dados, bem como o desenvolvimento de um sistema de readequação ambiental e comercial para pequenos produtores que integram a cadeia da pecuária no estado do Pará.

Como a proposta de transformação digital envolvia uma modalidade contratual denominada Turnkey[2] e

2 Modelo de contratação em que a empresa selecionada se responsabilidade pelo serviço completo, em que a arquitetura e/ou obra de engenharia contempla todas as etapas de um projeto, desde sua elaboração até a entrega do empreendimento pronto para funcionamento.

os preços dos produtos de informática, em especial para a elaboração de sistemas, são altos, vislumbrou-se uma composição financeira envolvendo outro recurso também direcionado ao FAO. Com isso, houve uma readequação dos valores propostos inicialmente, tendo sido a aquisição dos equipamentos estruturada para que fosse apoiada com recursos do Compromisso de Ajustamento de Conduta com a JBS e recursos associados ao Termo de Acordo Extrajudicial (TAE) celebrado entre a Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE-PA) e a SEMAS com a empresa Imerys Rio Capim Caulim S/A (TAE Imerys).

O detalhamento da proposta foi desenvolvido em parceria com as equipes da SEMAS e a versão final do projeto encaminhada para o MPF em 18 de agosto de 2022, tendo obtido aprovação em 2 de setembro de 2022. Após essa data foram iniciadas as atividades de execução, que envolveram a elaboração de termo de referência, divulgação e seleção para a solução digital.

Os procedimentos, custos operacionais e governança estabelecidos para a execução do projeto são os do FAO, previsto no MOP.

8.1.1 COMPONENTE 1
EQUIPAMENTOS E ADEQUAÇÕES

O primeiro componente visa à aquisição de um Data Center Modular Outdoor, favorecendo a implantação da fase preparatória do Projeto CAR 2.0, a ser instalado no Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT Guamá). Trata-se da contratação de uma solução integrada, alinhada com os requisitos do projeto de transformação digital da SEMAS, em especial com as necessidades relacionadas à infraestrutura de TI, que darão suporte às diferentes plataformas digitais ambientais.

O processo de aquisição da solução integrada foi desenvolvido em modelo Turnkey, ou seja, a empresa fornecerá todos os insumos necessários, entregando a solução pronta para uso, incluindo as adequações civis necessárias para instalação do Data Center e manutenção da solução.

O FUNBIO foi responsável pela condução do processo de contratação, dando-lhe ampla publicidade, com vistas a obter o maior número possível de fornecedores interessados e dispostos a apresentar proposta. Como parte do processo, foi realizada visita técnica obrigatória ao local de instalação do Data Center, definido pela SEMAS como o Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá. Cinco empresas compareceram, porém apenas duas enviaram propostas.

A empresa vencedora teve seus documentos de habilitação jurídica e financeira analisados pelo FUNBIO, tendo cumprido todos os requisitos mínimos para habilitação. A análise técnica foi realizada pela equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/SEMAS), que avaliou a proposta enviada e constatou que todos os requisitos técnicos constantes da especificação técnica aprovada estavam presentes na proposta.

O resultado do processo de seleção da empresa foi divulgado no site do FUNBIO e está disponível na página do FAO.

A instalação completa do Data Center, incluindo todas as atividades necessárias para o seu funcionamento, ocorrerá em 2023. Após a instalação completa dos equipamentos, a empresa irá prestar suporte por 36 meses.

8.1.2 COMPONENTE 2
SISTEMA DE READEQUAÇÃO AMBIENTAL E COMERCIAL

O sistema de readequação ambiental e comercial é um compromisso da SEMAS com o MPF no âmbito da estratégia desenvolvida para conter as atividades de pecuária em propriedades rurais sem regularização ambiental. Dentre as diversas atividades delineadas para a readequação das propriedades, o sistema aparece como uma forma de agilizar os procedimentos e garantir transparência às atividades desenvolvidas.

Inicialmente havia sido pensado um sistema isolado, contudo a SEMAS vem trabalhando no desenvolvimento de uma plataforma, ligada ao programa Territórios

Sustentáveis, com o objetivo de convergir diferentes programas com atuação no âmbito rural. Diante desse cenário, optou-se por desenvolver um módulo com capacidade de integração à Plataforma Territórios Sustentáveis.

O desenvolvimento do sistema, por meio de um módulo integrado, permitirá que pequenos produtores façam sua requalificação ambiental e comercial. Além disso, permite que essa iniciativa dialogue diretamente com outros programas e projetos inseridos na plataforma, oferecendo grande vantagem operacional para os dados que já são processados pela plataforma.

No entanto, antes da elaboração da especificação para contratação do serviço, a equipe da SEMAS precisou se dedicar à criação dos procedimentos e fluxos que darão suporte ao sistema. Por essa razão, em 2022, os esforços foram concentrados em duas frentes prévias à inclusão desse sistema como um módulo na plataforma:

- A finalização da plataforma Territórios Sustentáveis, que objetiva fortalecer a economia de baixo carbono no estado do Pará, cujo lançamento foi realizado em 24/09/2022, em Belém.

- O desenho do fluxo de funcionamento da ferramenta de requalificação ambiental para pequenos produtores do Pará, com o envolvimento de diferentes parceiros.

O próximo passo é a estruturação do Termo de Referência para contratação de empresa especializada para desenvolvimento do módulo, observando os critérios: recurso disponível; código-fonte (do módulo de adequação do Sistema PRA); requerimentos mínimos que o módulo deve ter para resolver o problema não somente da cadeia de fornecimento da JBS, como do setor pecuário do PA; além de replicabilidade e sinergia com outros sistemas. A partir do Termo de Referência, o FUNBIO seguirá com os procedimentos necessários para a contratação.

TAC JBS

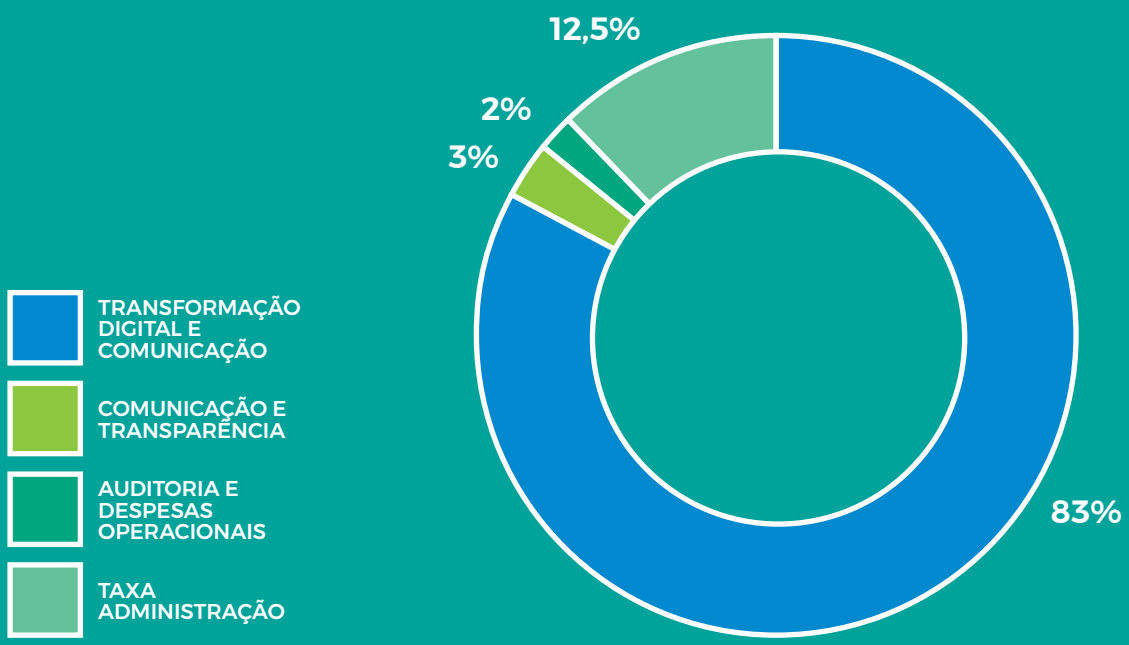
PERÍODO – 01/01/2022 A 31/12/2022

VALOR ORÇADO	EXECUTADO (PERÍODO ATUAL)	SALDO REAL	COMPROMETIDO	PREVISTO	SALDO ESTIMADO DISPONÍVEL
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL					
2.374.000,00	–	2.374.000,00	–	2.374.000,00	–
SISTEMA DE READEQUAÇÃO AMBIENTAL E COMERCIAL					
2.000.000,00	–	2.000.000,00	–	–	2.000.000,00
DESPESAS OPERACIONAIS					
500,00	948,42	448,42	–	–	448,42
DESPESAS OPERACIONAIS					
500,00	–	500,00	–	–	500,00
TAXA ADMINISTRAÇÃO					
625.000,00	174.583,20	450.416,80	–	–	450.416,80
TOTAL					
5.000.000,00	**175.531,62**	**4.824.468,38**	**–**	**2.374.000,00**	**2.450.486,38**

8.2 PROJETO TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

FONTE DE RECURSO:
TAE celebrado entre o Governo do Estado com as empresas Imerys e Pará Pigmentos
PRAZO:
3 anos
INÍCIO DE EXECUÇÃO:
Setembro/2022
VALOR TOTAL:
R$ 5 milhões

TAE IMERYS E PPSA



Em 31 de março de 2022 o Governo do Estado, por meio da Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE-PA) e da SEMAS, firmou com as empresas Imerys Rio Capim Caulim S.A. (IRCC) e Pará Pigmentos S.A. (PPSA) um Termo de Acordo Extrajudicial (TAE), com a interveniência do FUNBIO, na qualidade de entidade gestora do FAO. Como parte das obrigações legais previstas, foi destinado o montante de 5 milhões de reais para o FAO, com o objetivo de apoiar as políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento local no Pará, em alinhamento com os eixos prioritários de atuação do fundo.

Em atenção à demanda, foram identificadas junto aos representantes da SEMAS as prioridades institucionais, que convergem com o PEAA e com as prioridades estabelecidas para o FAO. Entre os eixos de atuação aprovados pelo Comitê Gestor do FAO (CGFAO) está o ordenamento fundiário, ambiental e sanitário para a produção sustentável, que tem como uma de suas estratégias o desenvolvimento de um sistema denominado CAR 2.0.

Uma vez que a SEMAS já possui o recurso necessário para o desenvolvimento do novo sistema que irá operar na plataforma do CAR 2.0, foi identificada a necessidade de transformação digital da SEMAS, como explicado no item anterior, por meio do fornecimento da infraestrutura necessária para o processamento dos sistemas e segurança da informação.

Dadas as características da contratação, vislumbrou-se uma composição financeira envolvendo os recursos do TAE com os recursos do TAC com a empresa JBS. Com isso, a aquisição do Data Center está sendo realizada por meio de duas fontes de recursos, uma advinda do TAE e a outra por meio do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a empresa JBS S.A., no âmbito do TAC da Pecuária, que tem como intervenientes a SEMAS e o FUNBIO.

Em complemento às ações no âmbito desse projeto, foi desenhado um segundo componente, que visa a apoiar o eixo transversal do PEAA, voltado para Comunicação, Transparência de Dados e Gestão Participativa. Com isso,

o projeto apoiará também o fortalecimento do FAO por meio de ações de comunicação.

8.2.1 COMPONENTE 1
SOLUÇÃO DIGITAL

O primeiro componente do projeto visa a compor recursos para aquisição de Data Center Modular Outdoor, para apoiar a implementação da fase preparatória do Projeto CAR 2.0, cujo processo já foi descrito.

Considerando a diferença de vigência dos contratos do TAC JBS (15 meses) e do TAE Imerys (3 anos), os pagamentos serão deduzidos primeiramente do TAC JBS e posteriormente do TAE Imerys, de forma a exaurir os contratos dentro de seus respectivos prazos de vigência.

O recurso remanescente será destinado à aquisição de equipamentos de informática definidos pela SEMAS. O processo de aquisição será iniciado após o início das primeiras entregas do Data Center, já que, caso haja alguma intercorrência ao longo dessa entrega, os recursos existentes poderão cobrir eventuais despesas com o processo de transformação digital.

8.2.2 COMPONENTE 2
COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

O segundo componente visa ao desenvolvimento de instrumentos de comunicação e transparência que contribuam para uma maior visibilidade das informações e atividades desenvolvidas no âmbito do FAO. Para isto, será desenvolvida uma estratégia de comunicação para o Fundo, além do desenvolvimento de ações para dar suporte ao reconhecimento público do mecanismo. A contratação da consultoria e a subsequente execução de ações de comunicação que a compõem aguardam orientações da SEMAS sobre a estratégia a ser adotada.

TAE IMERYS E PPSA

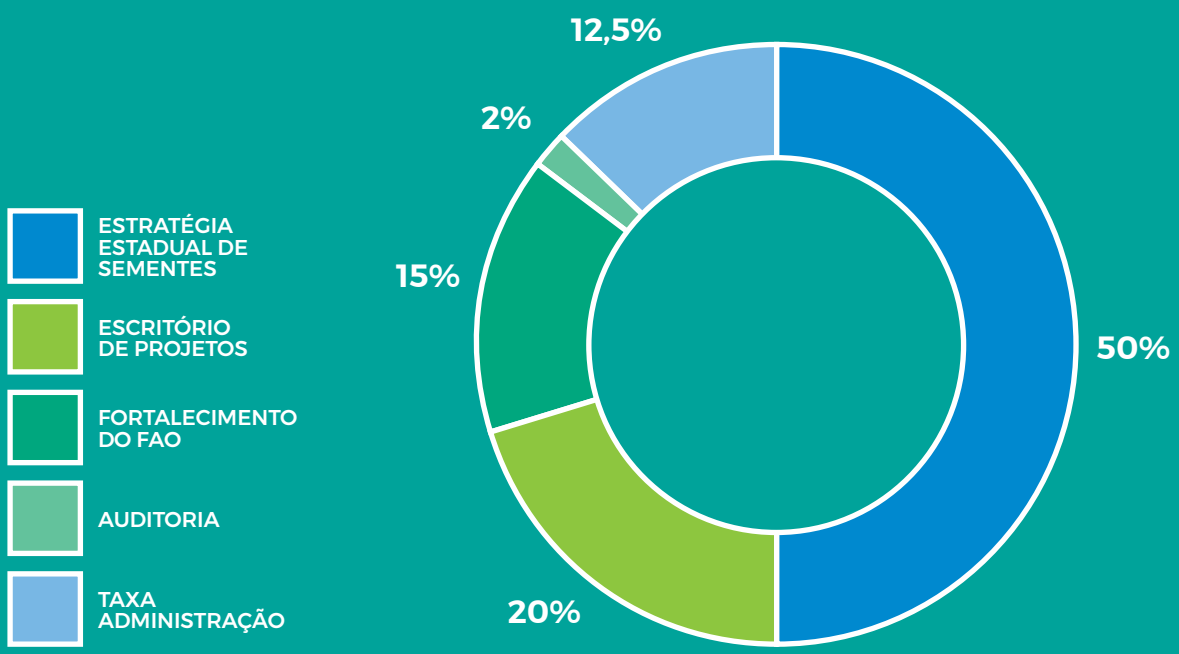
PERÍODO – 01/01/2022 A 31/12/2022

VALOR ORÇADO	EXECUTADO (PERÍODO ATUAL)	SALDO REAL	COMPROMETIDO	PREVISTO	SALDO ESTIMADO DISPONÍVEL
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E COMUNICAÇÃO					
4.148.000,00	957,00	4.147.043,00	–	4.026.000,00	121.043,00
COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA					
150.000,00	–	150.000,00	–	–	150.000,00
DESPESAS OPERACIONAIS					
2.000,00	–	2.000,00	–	–	2.000,00
AUDITORIA					
75.000,00	–	75.000,00	–	–	75.000,00
TAXA ADMINISTRAÇÃO					
625.000,00	119.047,62	505.952,38	–	–	505.952,38
TOTAL					
5.000.000,00	**120.004,62**	**4.879.995,38**	**–**	**4.026.000,00**	**853.995,38**

8.3 FORTALECIMENTO DO FAO

FONTE DE RECURSO:
Instituto Clima e Sociedade (ICS)
PRAZO:
18 meses
INÍCIO DE EXECUÇÃO:
Setembro/2022
VALOR TOTAL:
R$ 1 milhão

ICS



Desenvolvido a partir de uma parceria do Instituto Clima e Sociedade (ICS) com a SEMAS, para o fortalecimento e impulsionamento do FAO, este projeto visa a desenvolver as bases para a realização de captações consistentes e com prioridades definidas para apoio às políticas públicas priorizadas pelo FAO. Estruturado em três componentes que dialogam entre si, o projeto foi desenhado para alavancar o FAO, por meio de apoios que garantam atividades de fortalecimento institucional, comunicação e transparência pública, assim como o desenvolvimento de estratégias de atuação e de projetos no nível prático.

8.3.1 COMPONENTE 1
FORTALECIMENTO DO FAO

O primeiro componente foi desenhado para apoiar a consolidação da governança do FAO e estruturar ações de comunicação. Por ser um fundo ainda em estruturação, é relevante o desenvolvimento de instrumentos de comunicação e transparência que contribuam não só para uma maior visibilidade do fundo, mas também para a disponibilização e o acesso às informações existentes. Em complementação, o componente prevê também recursos de deslocamento que permitam a realização de reuniões de captação e/ou institucionais do CGFAO.

Para divulgação do FAO como um mecanismo privado inovador para implementação do PEAA, em 2022 foram desenvolvidas importantes peças de comunicação que buscam consolidar o conceito do FAO junto a sociedade. O resultado foram os seguintes produtos:

– Identidade visual do FAO
– Folders e banners
▸ **Vídeo institucional de apresentação do FAO**
– *Landing page*, com as principais informações do FAO:
▸ **www.fundoamazoniaoriental.org.br**
(versão em português)
▸ **www.easternamazonfund.org.br**
(versão em inglês)

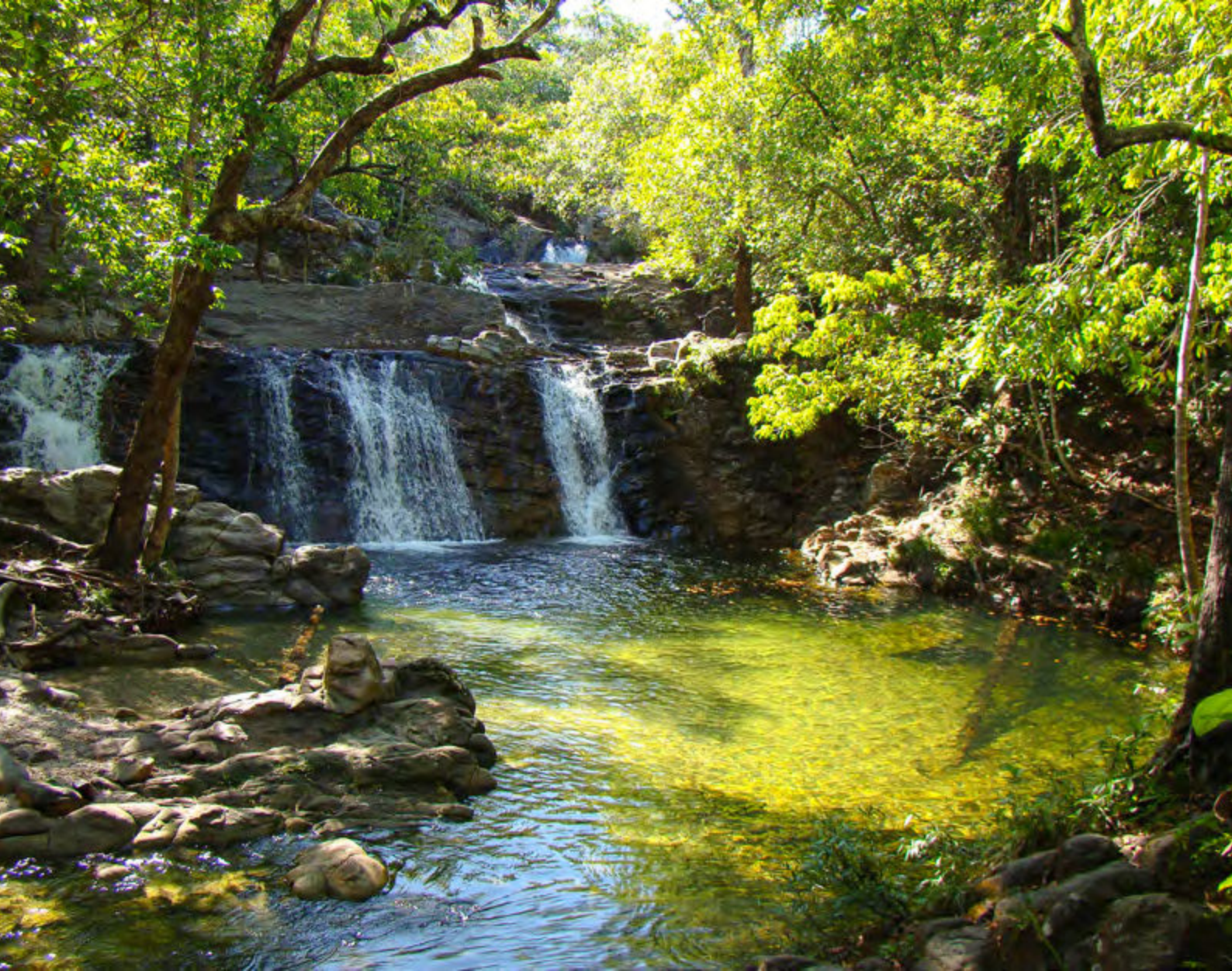


Foto: ASCOM/SEMAS

Todas as contratações seguiram **rigorosamente** os procedimentos estipulados no **MOP do FAO** [...]

Todas as contratações seguiram rigorosamente os procedimentos estipulados no MOP do FAO, e as entregas foram realizadas de acordo com a necessidade estipulada nos documentos de contratação. Esses materiais foram apresentados pela SEMAS na COP27, que ocorreu em novembro de 2022 no Egito.

O componente também proporcionou suporte para a realização da terceira reunião do CGFAO, fornecendo diárias para a presença do representante do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas, atualmente representada pela Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA). Além disso, o apoio à realização das reuniões do CGFAO continuará em 2023.

8.3.2 COMPONENTE 2
ESCRITÓRIO DE PROJETOS

O segundo componente inicia um processo de estruturação de um escritório de projetos, com a proposta de agilizar o esforço de priorização, planejamento e elaboração de projetos. Para isso, o componente prevê a contratação de consultores, com a experiência necessária em elaboração de projetos com foco em ações que visem à redução de emissões de gases estufa, e com subsídios fornecidos pela SEMAS.

O primeiro esforço realizado foi na definição do escopo para a contratação de consultoria que apoiará a elaboração de projeto a ser submetido para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Fundo Amazônia. A partir das definições necessárias, os termos de referência serão divulgados para contratação de consultoria especializada na elaboração de projetos de captação.

8.3.3 COMPONENTE 3
ESTRATÉGIA ESTADUAL DE COLETA DE SEMENTES

O terceiro componente visa à elaboração da estratégia paraense de coleta e comercialização de sementes nativas. Além da elaboração da estratégia, visa também a instalar uma unidade demonstrativa de coleta e comercialização de sementes em comunidade tradicional no estado do Pará, a ser selecionada. A equipe DPC/SEMAS, com apoio do FUNBIO, trabalhou no Termo de Referência e seus documentos associados de contratação de empresa especializada para elaboração da estratégia. Esse processo teve início em setembro de 2022 e envolveu uma série de reuniões, alinhamentos e consultas com as equipes internas. Como resultado, o TR foi concluído em fevereiro de 2023.

ICS

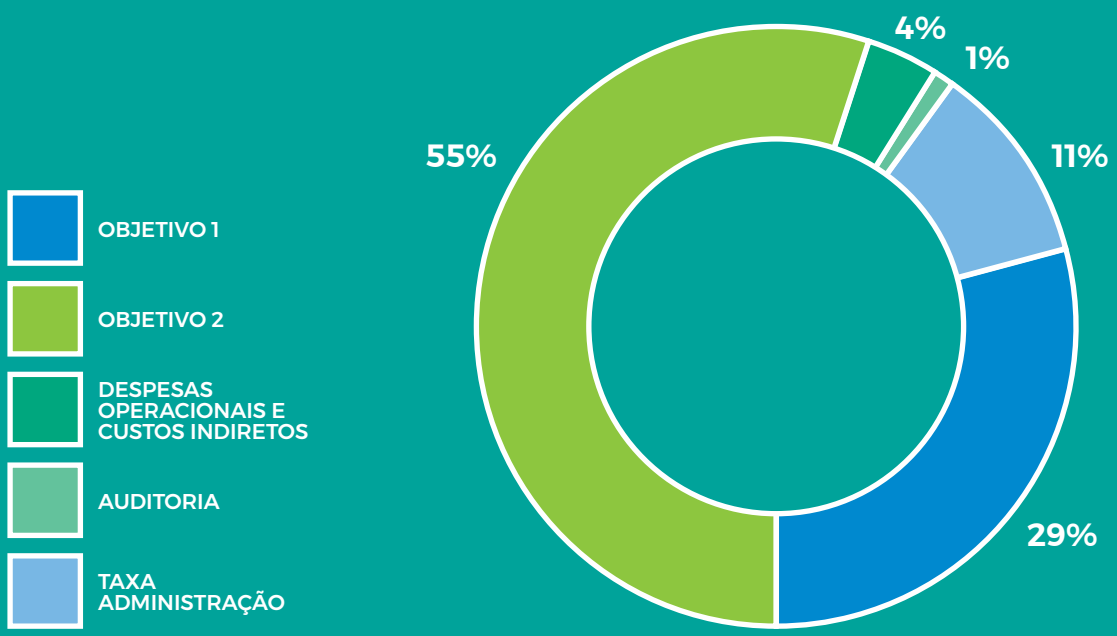
PERÍODO – 01/01/2022 A 31/12/2022

VALOR ORÇADO	EXECUTADO (PERÍODO ATUAL)	SALDO REAL	COMPROMETIDO	PREVISTO	SALDO ESTIMADO DISPONÍVEL
FORTALECIMENTO DO FAO					
153.800,00	25.967,08	127.832,92	51.789,26	–	76.043,66
ESCRITÓRIO DE PROJETOS					
196.200,00	–	196.200,00	–	–	196.200,00
ESTRATÉGIA ESTADUAL DE SEMENTES					
500.000,00	–	500.000,00	–	–	500.000,00
AUDITORIA					
25.000,00	–	25.000,00	–	–	25.000,00
TAXA ADMINISTRAÇÃO					
125.000,00	–	125.000,00	–	–	125.000,00
TOTAL					
1.000.000,00	**25.967,08**	**974.032,92**	**51.789,26**	**–**	**922.243,66**

8.4 CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL EM NOVAS ÁREAS PROTEGIDAS NO PARÁ
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

DOADOR:
Gordon and Betty Moore Foundation
PRAZO:
3 anos
INÍCIO DE EXECUÇÃO:
Assinado em novembro de 2022, com início de execução em janeiro de 2023
VALOR TOTAL:
USD 3,8 milhões

FUNDAÇÃO GORDON E BETTY MOORE



O projeto, que tem recorte na região de Portel e Baixo Tocantins, visa a apoiar novas áreas protegidas, focadas nos territórios quilombolas, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e valorizando práticas tradicionais de manejo que possam contribuir para a conservação, recuperação e restauração da Amazônia. Visa também a desenvolver de forma participativa o planejamento territorial, o fortalecimento e capacitação dos principais atores locais, a prestação de assistência técnica, o acesso a instrumentos financeiros adequados e a infraestrutura produtiva necessária, apoiando a implementação de políticas públicas.

8.4.1 OBJETIVO 1
DESIGNAR OU CRIAR AO MENOS DUAS NOVAS ÁREAS PROTEGIDAS, INCLUINDO TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E/OU UCS DE USO SUSTENTÁVEL ABRANGENDO PELO MENOS 200 MIL HECTARES

Por este objetivo, o projeto apoiará os estudos necessários para a criação de áreas protegidas de uso sustentável e a designação de áreas de Terras Quilombolas em uma região chave para a biodiversidade na floresta amazônica com alta pressão de desmatamento, além de apoiar os órgãos estaduais em consultas públicas cobrindo pelo menos 500.000 ha. Uma vez identificadas as melhores áreas, levando-se em consideração questões de titulação de terras, importância de conservação, engajamento da comunidade, reivindicações sobrepostas, entre outros aspectos, o projeto visa a apoiar a criação/designação de 200.000 ha da área total estudada em até duas áreas de UCs de uso sustentável, incluindo territórios coletivos.

8.4.2 OBJETIVO 2
ELABORAR E IMPLEMENTAR DE PLANOS DE AÇÃO TERRITORIAIS, DA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DE MECANISMOS DE FINANCIAMENTO PARA APOIAR ATIVIDADES ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSIVAS

O primeiro componente deste objetivo visa a apoiar a implantação do programa Territórios Sustentáveis, que apoiará os pequenos produtores localizados no município de Portel e entorno. Nessa área, o projeto fornecerá subsídios para o desenvolvimento territorial de forma sustentável, apoiando a SEMAS na promoção de alternativas socioeconômicas de longo prazo. O projeto apoiará ainda os instrumentos de planejamento territorial desenvolvidos em conjunto com as partes interessadas locais, para que seja reforçada a gestão no território.

O segundo componente busca ainda proporcionar investimentos estratégicos em Cadeias de Valor e Arranjos Produtivos Locais para reduzir a curva de aprendizagem e os custos de transação para o desenvolvimento de negócios sustentáveis na região do projeto.

Após a assinatura do contrato do projeto, o FUNBIO realizou reuniões de engajamento e alinhamento do projeto com parceiros internos na SEMAS, ITERPA e IDEFLOR-Bio, abarcando o planejamento de ambos os componentes.

Foto: Wendell Andrade

FUNDAÇÃO GORDON E BETTY MOORE

PERÍODO – 01/01/2022 A 31/12/2022

VALOR ORÇADO	EXECUTADO (PERÍODO ATUAL)	SALDO REAL	COMPROMETIDO	PREVISTO	SALDO ESTIMADO DISPONÍVEL
OBJETIVO 1					
5.801.780,00	–	5.801.780,00	–	–	5.801.780,00
OBJETIVO 2					
11.172.240,00	–	11.172.240,00	–	–	11.172.240,00
DESPESAS OPERACIONAIS					
491.917,36	–	491.917,36	–	–	491.917,36
AUDITORIA					
163.133,64	–	163.133,64	–	–	163.133,64
CUSTOS INDIRETOS					
364.109,00	–	364.109,00	–	–	364.109,00
TAXA ADMINISTRAÇÃO					
2.257.819,00	–	2.257.819,00	–	–	2.257.819,00
TOTAL					
20.250.999,00	**–**	**20.250.999,00**	**–**	**–**	**20.250.999,00**

9 VISÃO DE FUTURO

Como parte da **estratégia de captação de recursos para o FAO**, a prospecção de **fontes de financiamento** é uma **atividade crucial**. É necessário avaliar o cenário e as fontes disponíveis, bem como priorizar as fontes de acordo com a probabilidade e a viabilidade de acesso aos recursos, e direcionar os esforços de captação para as fontes mais promissoras.

A SEMAS estabeleceu um conjunto de políticas, planos e programas setoriais, como o PEAA e seus instrumentos de atuação — Territórios Sustentáveis, Plano de Bioeconomia e Plano de Restauração —, a partir dos quais é possível identificar projetos financiáveis pelo FAO. Com o objetivo de alavancar recursos adicionais para o fundo, foi realizado um mapeamento das fontes de financiamento, levando em consideração a flexibilidade, volume e acessibilidade de cada uma. Isso significa que precisarão ser checados os requisitos legais, as possibilidades de linhas de apoio e a quantidade de recursos, para daí serem delineadas as estratégias financeiras de curto, médio e longo prazo. Já foi realizado um primeiro exercício, que apoiará a ampliação do *pipeline* do FAO.

A partir do **mapeamento** de **fontes** de **financiamento**, foi possível **analisar** o **cenário** e **selecionar** as **fontes disponíveis prioritárias** para **direcionar** os **esforços** de **captação** de **recursos**.

A partir do mapeamento de fontes de financiamento, foi possível analisar o cenário e selecionar as fontes disponíveis prioritárias para direcionar os esforços de captação de recursos. As fontes foram classificadas com base na prioridade e probabilidade de acesso, tendo sido considerada uma taxa média de viabilização de cerca de 30% dos recursos mapeados e priorizados.

Alguns doadores têm preferência por projetos e negócios em estágio mais avançado de estruturação e maturidade. Assim, outras captações prévias podem estruturar iniciativas de forma a pavimentar o caminho para acessar essas fontes. Esse processo permite ainda a construção de capacidade na SEMAS, amplia a capacidade de execução e de acompanhamento dos projetos e entregas.

Em relação ao *pipeline*, algumas estratégias estão em andamento e outras priorizações estão sendo desenvolvidas. Atualmente encontra-se em negociação o projeto de Implantação do Mecanismo de Pagamento por Resultados de Serviços Ambientais do Programa Territórios Sustentáveis (ParáPSA2), submetido ao BID. Esse projeto ambiciona o desenvolvimento e operacionalização de programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), por meio de um mecanismo piloto de transferência de pagamento por resultados, com vista à redução de emissões e de desmatamento, que será operacionalizado por meio do FAO.

Essa proposta se insere em uma estratégia que vem sendo executada pela TNC, que está realizando o desenvolvimento da metodologia, conceituação, integração com outros sistemas (Territórios Sustentáveis) e pré-consulta do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, bem como delineando a estrutura do mecanismo, fluxos financeiros e papel estratégico dentro do PEAA. A TNC é parceira nessa iniciativa, sendo responsável pelo desenvolvimento de uma plataforma de pagamento de serviços ambientais, conectada à plataforma Territórios Sustentáveis. O projeto atualmente está sob avaliação do BID.

Além disso, diálogos bilaterais vêm sendo realizados com potenciais doadores, momento em que tem sido

apresentado não apenas o FAO, mas o compromisso do Governo do Estado com o tema ambiental. Além da participação na COP27, no Egito, foi ainda realizado um *roadshow* pela Europa, com a participação da SEMAS e do FUNBIO.

É importante destacar que, sendo o FAO um mecanismo que entrou em vigor em 2021, ou seja, relativamente recente, ações de comunicação dão visibilidade e atraem parceiros e financiadores. O FAO se beneficia diretamente da estrutura e do reconhecimento como mecanismo operacional e financeiro do FUNBIO, permitindo que relações de confiança construídas com parceiros e financiadores ampliem as possibilidades de diálogo. Por outro lado, o Pará desponta na discussão nacional sobre meio ambiente e mudanças climáticas, sinalizando positivamente para os investidores e possíveis parceiros.

É importante destacar que, sendo o **FAO** um **mecanismo** que **entrou em vigor em 2021**, ou seja, relativamente recente, **ações** de **comunicação** dão **visibilidade** e **atraem parceiros** e **financiadores**.

Assim, as ações de comunicação desenvolvidas em 2022, incluindo os materiais de comunicação realizados e a apresentação do FAO na COP27 pela SEMAS e pelo FUNBIO, consolidam a imagem do FAO nacional e internacionalmente. Fruto desses esforços foi a assinatura do projeto Conservação e Produção Sustentável em Novas Áreas Protegidas no Pará – Territórios Quilombolas na COP, com a Fundação Gordon e Betty Moore.

No próximo ano, no âmbito do projeto financiado pelo ICS, serão contratadas as consultorias de elaboração de projetos para captação, cujo esforço de alinhamento com a SEMAS já está sendo desenvolvido. Também será elaborada a estratégia de sementes nativas do estado do Pará com implantação de unidade demonstrativa. Além disso, se inicia em 2023 o projeto Conservação e Produção Sustentável em Novas Áreas Protegidas no Pará – Territórios Quilombolas, com a Fundação Gordon e Betty Moore.

Paralelamente, serão direcionadas ações para capitalização do fundo nas prioridades eleitas pela SEMAS. Assim, em 2023 haverá uma continuidade dos esforços com a SEMAS e parceiros para o planejamento do FAO de médio e longo prazo, de forma a avançar na conversão das prioridades mapeadas e aproveitar o cenário atual favorável ao financiamento de ações e políticas públicas que estimulem o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

10 MAPA DE RESULTADOS

Governança fortalecida	Manual Operacional de Projetos aprovado	Regimento Interno do CGFAO aprovado	Prioridades e macro atividades definidas
Transparência das informações por meio do site	31,2 milhões de reais captados	801 mil reais em rendimento (JBS e Imerys)	4 projetos em andamento
2 recursos de doação: nacional e internacional	2 recursos de obrigações legais	Seleções e contratações iniciadas	Relatório de Auditoria Externa entregue

CRÉDITOS

EQUIPE FUNBIO

ROSA LEMOS
Secretária Geral
MANOEL SERRÃO
Superintendente de Programas
ANDRÉIA MELLO
Gerente de Projetos
HELIZ COSTA
Analista de Projetos
GUSTAVO FURINI
Consultor
AYLTON COELHO
Superintendente de Planejamento e Gestão
MARILENE VIERO
Coordenadora de Controle Financeiro
ANA PAULA LOPES
Analista Financeiro
HENRIQUE YOKOYAMA
Superintendente de Aquisições e Logística
FERNANDA JACINTO
Coordenadora de Aquisição e Logística
ALESSANDRO JONADY
Analista de Aquisição e Logística
WILLIAN DOS SANTOS EDGARD
Comprador
FLÁVIA NEVIANI
Gerente Jurídico
MÔNICA FERREIRA
Gerente PMO
HELIO HARA
Gerente de Comunicação e Marketing
DANIELE SOARES
Contadora
VINICIUS BARBOSA
Tecnologia da Informação
ALESSANDRO DENES
Tecnologia da Informação
NATÁLIA CORRÊA
CEDOC
FLÁVIA MOL
Administração

EQUIPE SEMAS

JOSÉ MAURO O'DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
RAUL PROTÁZIO ROMÃO
Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Sustentabilidade
RODHOLPO ZALUTH BASTOS
Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental
TÁTILLA BRITO
Coordenadora Jurídica
WENDELL ANDRADE
Diretor de Planejamento Estratégico/ Projetos Especiais
CARLA LIMA REIS
Diretora de Tecnologia da Informação
CAMILLE BEMERGUY
Diretora de Meteorologia, Hidrologia e Mudanças Climáticas – DIMUC
CAMILLA FIGUEIREDO
Gerente de Mudanças Climáticas, Bioeconomia e Serviços Ambientais
FÁTIMA FERREIRA
Técnica em Gestão de Meio Ambiente – Administradora
PALMIRA FERREIRA
Técnica em Gestão de Meio Ambiente – Bióloga
JULIO CESAR MEYER JUNIOR
Técnico em Gestão de Meio Ambiente – Nível Superior
JOANÍSIO CARDOSO MESQUITA
Técnico em Gestão de Meio Ambiente – Nível Superior
NATÁLIA NAGLE
Assessora Técnica
DIANA CASTRO
Assessora Técnica
THAIS OLIVEIRA
Assistente Administrativa

NO REINO DAS PALAVRAS — RACHEL VALENÇA
Revisão de Português
LUXDEV — GISELLE MACEDO
Programação Visual
KORN TRADUÇÕES
Tradução

ALEXANDRE FERRAZOLI
Foto da Capa